

Alerta Legislação, nº 15 de 11 a 16 abr. 2016

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **LEI Nº 13.270, DE 13 DE ABRIL DE 2016**
Altera o art. 6º da [Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013](#), que dispõe sobre o exercício da Medicina.
- **LEI Nº 13.269, DE 13 DE ABRIL DE 2016**
Autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE)

- **INSTRUÇÃO OPERACIONAL CONJUNTA Nº 1 MS-MDS, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016**

1. INTRODUÇÃO

O Brasil está enfrentando uma grave emergência em saúde pública em virtude do aumento do número de casos de microcefalia, possivelmente associados ao vírus Zika, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. É uma situação inesperada, o que reforça a importância de eliminar os criadouros do mosquito, que também transmitem a dengue e a chikungunya.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Ministério da Saúde - MS, com o intuito de combaterem conjuntamente a referida emergência, desenvolveram um plano de ação composto por 2 (dois) eixos:

I- Prevenção;

II- Acolhida, Cuidado e Proteção Social, com vistas a oferecer suporte às famílias, especialmente gestantes e bebês.

É de suma importância que ocorra articulação e integração entre as redes dos Sistemas Únicos de Assistência Social - SUAS e de Saúde - SUS, bem como às demais políticas e órgãos setoriais que compõem o **Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes aegypti* e à microcefalia**.

Este documento visa nortear os gestores, profissionais e conselheiros do SUAS e SUS por meio de orientações e diretrizes para as ações de prevenção da infecção pelo vírus Zika em mulheres em idade fértil e gestantes, e para a assistência aos casos suspeitos e às crianças com microcefalia, em todo o território nacional.

2. EIXOS DO PLANO DE AÇÃO

(...)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

**PUBLICAÇÃO
DOU**

SUPERIOR

<p>14/04/2016</p>	<p><u>LEI Nº 13.270, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Altera o art. 6º da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.</p> <p><u>LEI Nº 13.269, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.709, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2237 (2015), de 2 de setembro de 2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera e renova o regime de sanções aplicáveis à Libéria</p> <p><u>DECRETO Nº 8.708, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a execução no território nacional da Resolução 2219 (2015), de 28 de abril de 2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova até 30 de abril de 2016 o regime de sanções aplicáveis à Costa do Marfim</p> <p><u>DECRETO Nº 8.707, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a execução no território nacional da Resolução 2206 (2015), de 3 de março de 2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas que estabelece regime de sanções sobre o Sudão do Sul.</p>
<p>13/04/2016</p>	<p><u>LEI Nº 13.268, DE 12 DE ABRIL DE 2016</u> Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 1.472.650.000,00, para os fins que especifica.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2016 (*)</u> Aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011. (*) O texto da Convenção acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 30/03/2016.</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA Nº 163, DE 8 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na análise de precatórios com pagamento previsto para o ano de 2016, e dá outras providências.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE) <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 7 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.</p>

<p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Instituir a Política de Dados do Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD), com o objetivo de regulamentar as formas de disponibilização, acesso e uso dos dados gerados pelos pesquisadores da rede PELD. (...)</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) → Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 390/GC3, DE 12 DE ABRIL DE 2016</u> Consolida e define os requisitos relativos aos cargos privativos de Oficiais-Generais no âmbito do Comando da Aeronáutica.</p> <p>COMANDO DA MARINHA (CM) → Diretoria-Geral de Navegação (DGN) → Tribunal Marítimo <u>PORTARIA Nº 6/TM, DE 29 DE MARÇO DE 2016 (*)</u> Institui o Diário Eletrônico do Tribunal Marítimo (e-DTM). (*) Portaria publicada originariamente no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 2016 e republicada por força do disposto no art. 4º, da Lei 11.419/06.</p> <p>SECRETARIA-GERAL → Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPEDS) <u>PORTARIA Nº 22, DE 7 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Aprovar as normas para a abertura de inscrição do VII Concurso de Dissertações e Teses sobre Defesa Nacional, no período de 4 de julho a 31 de agosto de 2016, nos termos do Regulamento anexo. (...)</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 231, DE 12 DE ABRIL DE 2016(*)</u> Institui o Comitê Estratégico do Plano de Ações Articuladas - PAR, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, e revoga a Portaria MEC n 754, de 7 de julho de 2011. (*) Republicada por ter saído no DOU nº 70, de 13-4-2016, Seção 1, página 10, com incorreção no original.</p> <p><u>PORTARIA Nº 229, DE 8 DE ABRIL DE 2016</u> Divulga o Demonstrativo de Ajuste Anual da Distribuição dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb do exercício de 2015.</p>

<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.764, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Altera as Instruções de Preenchimento do documento de código 2300 - Captações de Recursos no Exterior, de que trata a Circular nº 3.737, de 4 de dezembro de 2014</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.476, DE 11 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a liquidação antecipada das debêntures de infraestrutura de que trata o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) <u>ATO Nº 7, DE 7 DE ABRIL DE 2016</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p>SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP) <u>CIRCULAR SUSEP Nº 534, DE 7 DE ABRIL DE 2016</u> Altera, inclui e revoga dispositivos da Circular SUSEP n.º 456, de 13 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a transferência de carteira integral ou parcial entre as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as entidades abertas de previdência complementar.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 550, DE 11 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos sujeitos passivos para a consolidação dos débitos a serem pagos ou parcelados nos termos do art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos.</p> <p>SECRETARIA EXECUTIVA (SE) – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração <u>PORTARIA Nº 89, DE 14 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a aplicação de sanções e seus procedimentos decorrentes dos processos licitatórios e dos contratos administrativos no âmbito da gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, em todo território nacional.</p>
<p>Ministério da Justiça (MJ)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 470, DE 11 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a atuação da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos, nas Ações de Segurança Pública no Evento Teste "Qualificatória Final de Ginástica do Rio 2016".</p> <p><u>PORTARIA Nº 454, DE 8 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Justiça, do Estado do Paraná, em ações de policiamento ostensivo.</p> <p>CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) <u>PORTARIA Nº 88, DE 12 DE ABRIL DE 2016</u> Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade.</p>

	<p>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (DPRF) → Coordenação-Geral de Operações <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 6, DE 15 DE JANEIRO DE 2016</u> INSTITUI o Manual de Procedimentos Operacionais nº 055, que disciplina os procedimentos necessários à fiscalização, análise de viabilidade de instalação e expedição de autorização para funcionamento de painéis luminosos e "outdoors" publicitários nas rodovias e estradas federais.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 666, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Altera a pactuação dos valores do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, Aids e Hepatites Virais do Estado de São Paulo e seus Municípios.</p> <p><u>PORTARIA Nº 662, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Autoriza repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo de Saúde Estadual de São Paulo, a serem alocados no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS), para a implementação de ações de prevenção, controle e combate ao "Aedes aegypti".</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 924, DE 8 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso referente aos lotes 15D041; 15D042; 15D043; 15D044 e 15D045, fabricados em 04/2015, e TODOS os lotes com data de fabricação entre 05/2015 e 12/2015 do medicamento VARICELL (PARAPAHLEBON + ASSOCIAÇÃO), drágea, fabricado por Vidfarma Indústria de Medicamentos Ltda (CNPJ: 03993167/0001-99). (...)</p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>INSTRUÇÃO OPERACIONAL CONJUNTA Nº 1 MS-MDS, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016</u> 1. INTRODUÇÃO O Brasil está enfrentando uma grave emergência em saúde pública em virtude do aumento do número de casos de microcefalia, possivelmente associados ao vírus Zika, transmitido pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i>. É uma situação inesperada, o que reforça a importância de eliminar os criadouros do mosquito, que também transmitem a dengue e a chikungunya. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Ministério da Saúde - MS, com o intuito de combaterem conjuntamente a referida emergência, desenvolveram um plano de ação composto por 2 (dois) eixos: I- Prevenção; II- Acolhida, Cuidado e Proteção Social, com vistas a oferecer suporte às famílias, especialmente gestantes e bebês. É de suma importância que ocorra articulação e integração entre as redes dos Sistemas Únicos de Assistência Social - SUAS e de Saúde - SUS, bem como às demais políticas e órgãos setoriais que compõem o Plano Nacional de Enfrentamento ao <i>Aedes aegypti</i> e à microcefalia. Este documento visa nortear os gestores, profissionais e conselheiros</p>

	<p>do SUAS e SUS por meio de orientações e diretrizes para as ações de prevenção da infecção pelo vírus Zika em mulheres em idade fértil e gestantes, e para a assistência aos casos suspeitos e às crianças com microcefalia, em todo o território nacional.</p> <p>2. EIXOS DO PLANO DE AÇÃO (...)</p> <p>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE) <u>CONSULTA PÚBLICA Nº 10, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> (...) consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação preliminar da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de incorporação no Sistema Único de Saúde da clozapina para o tratamento de psicose relacionada à doença de Parkinson apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos nos autos do processo MS/SIPAR n.º 25000.046694/2016-28. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições sobre o tema. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas. A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria. (...)</p> <p><u>PORTARIA Nº 14, DE 11 DE ABRIL DE 2016</u> Torna pública a decisão de incorporar o golimumabe para o tratamento da artrite psoriásica, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 13, DE 11 DE ABRIL DE 2016</u> Torna pública a decisão de não incorporar o sistema intrauterino liberador de levonorgestrel 52 mg para anticoncepção em mulheres de 15 a 19 anos de idade, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 115, DE 12 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova a Carta Minha Casa, Minha Vida (Carta MCMV) e os procedimentos para sua obtenção e utilização nas operações de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).</p> <p>SECRETARIA EXECUTIVA (SE) – Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) <u>PORTARIA Nº 55, DE 11 DE MARÇO DE 2016 (*)</u> Define os valores a serem cobrados pelo acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, e dá outras providências. <i>(*) Republicada por ter saído no DOU de 14-03-2016, Seção I, página 63, com incorreções no original.</i></p>
<p>Ministério das Comunicações (MC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.383, DE 8 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a apresentação anual de informações cadastrais,</p>

	<p>técnicas e financeiras pelas entidades executantes de serviço de radiodifusão e alteração do §1º do artigo 4-A da Portaria 6.467 de 24 de novembro de 2015.</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.455, DE 8 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece diretrizes para a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel na elaboração de proposta de revisão do atual modelo de prestação de serviços de telecomunicações.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) → Conselho Diretor (CD) <u>CONSULTA PÚBLICA Nº 8, DE 14 DE ABRIL DE 2016</u> (...) proposta de alteração da Cláusula 3.2 do Contrato de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, para ampliar prazo para a realização de alterações referentes ao período de 2016 a 2020 (SEI nº 0416548). (...)</p>
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH)	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 180, DE 12 DE ABRIL DE 2016</u> Institui o Comitê Executivo de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiros, no âmbito do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.</p>
Ministério de Minas e Energia (MME)	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 709, DE 5 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece disposições relativas ao desenvolvimento de atividades operacionais e de <i>holding</i> pelas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 18, DE 12 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços de referência do gás natural produzido no mês de março de 2016, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural (...)</p>
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	<p>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 84, DE 29 DE MARÇO DE 2016</u> Estabelece normas regulando o procedimento e os critérios para a concessão e a manutenção de bolsas a professores das redes públicas e a estudantes beneficiários do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária - Pronera.</p>
Ministério do Desenvolvimento	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro)

<p>o, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p><u>PORTARIA Nº 175, DE 8 DE ABRIL DE 2016</u> Objeto: Consulta Pública. Proposta de Regulamento Técnico da Qualidade para Vidros de Segurança Automotivos estabelecendo o aperfeiçoamento dos requisitos obrigatórios de segurança para a disponibilização de vidros de segurança automotivos no mercado nacional.</p> <p>SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>CIRCULAR Nº 22, DE 11 DE ABRIL DE 2016</u> (...) e por terem sido verificados preliminarmente a existência de <i>dumping</i> nas exportações para o Brasil de batatas congeladas, comumente classificadas no item 2004.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Alemanha, Bélgica, França e Holanda, e o vínculo significativo entre as exportações objeto de <i>dumping</i> e o dano à indústria doméstica, decide: 1. Tornar público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de <i>dumping</i> e de dano à indústria doméstica dele decorrente, sem recomendação de aplicação de direito provisório. (...)</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 14 DE ABRIL DE 2016</u> Institui Grupo de Trabalho Interministerial para a adequação da Política de Controle de Acesso do Sistema do Cadastro Único ao item 11.1.1 da NBR ISO/IEC 27002:2005.</p> <p>SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SESAN) <u>INSTRUÇÃO OPERACIONAL Nº 2, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Atualizar a especificação do Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 06: Cisterna Escolar de 52 mil litros e seu respectivo valor de referência, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013. (...)</p>
<p>Ministério dos Transportes (MT)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 5.072, DE 12 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o processo seletivo público para outorga de autorização dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, previsto no art. 41 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.</p>
<p>Ministério Público da União (MPU)</p>	<p>MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – Conselho Superior <u>RESOLUÇÃO Nº 211, DE 31 DE MARÇO DE 2016</u> Altera a Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, que regulamenta o inquérito civil, o procedimento preparatório, as audiências públicas promovidas pelo Ministério Público e a conseqüente expedição de recomendações, e dá outras providências.</p> <p>MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)</p>

	<p>→ Conselho Superior (CSMPF) <u>RESOLUÇÃO Nº 162, DE 1º DE MARÇO DE 2016</u> Altera a Resolução CSMPF nº 127, de 8 de maio de 2012, que regulamenta o controle externo da atividade policial no âmbito do Ministério Público Federal.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
13/04/2016	<p><u>DECRETO Nº 61.928, DE 12 DE ABRIL DE 2016</u> Autoriza a celebração de convênios com os Municípios do Estado, objetivando a transferência de recursos financeiros destinados ao fornecimento de alimentação escolar aos alunos das escolas da rede pública estadual de ensino</p> <p><u>DECRETO Nº 61.925, DE 12 DE ABRIL DE 2016</u> Regulamenta a Lei Complementar nº 1.281, de 14 de janeiro de 2016, que institui a Corregedoria da Fiscalização Tributária - CORFISP e dá providências correlatas</p>
12/04/2016	<p><u>DECRETO Nº 61.917, DE 11 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, relativo ao exercício de 2015</p> <p><u>DECRETO Nº 61.909, DE 6 DE ABRIL DE 2016 (REPUBLICADO)</u> Dispõe sobre a gestão do Parque Tecnológico do Estado de São Paulo e dá providências correlatas <i>(Publicado novamente por ter saído com incorreções)</i></p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 64, DE 12-4-2016</u> Institui nas unidades da Secretaria da Administração Penitenciária, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA e dá providências correlatas</p>
Agricultura e Abastecimento (SAA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) → Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) <u>DELIBERAÇÃO CO - 4, DE 11-4-2016</u> Aprova limites de recursos para as linhas de crédito</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CO - 3, DE 11-4-2016</u> Aprova o Projeto Custeio Emergencial para a Olericultura da Região Araraquarense</p>

	<p><u>DELIBERAÇÃO CO - 2, DE 11-4-2016</u> Estabelece critérios, limites e condições de subvenção para a operacionalização do Projeto Integra SP – Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões (RADGE)</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CO - 1, DE 11-4-2016</u> Estabelece os critérios, condições e limites globais e individuais de subvenção para a operacionalização do Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural – Ano 2016</p> <p>AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) <u>PORTARIA APTA - 164, DE 15-4-2016</u> Estabelece critérios técnicos e operacionais para avaliação de projetos de pesquisa e da determinação de parâmetros para monitoramento de áreas de pesquisa em áreas privadas, de novas tecnologias de manejo e conservação de solo</p>
<p>Cultura (SC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC - 24, DE 12-4-2016</u> Designa Comitê Técnico para acompanhamento do “Convênio para revitalização do Museu da Língua Portuguesa, que inclui recuperação, restauração e reformulação do conteúdo museológico, ações culturais e educacionais e outorga mútua de obrigações”, o qual integra os autos do Procedimento SC 5680/2016 S. DEFESA DO PATRIM. HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO (CONDEPHAAT)</p>
<p>Desenvolvimento Social (SEDS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SEE/SEDS Nº 01, DE 12-4-2016</u> Estabelece normas complementares para regulamentar ações conjuntas de implementação do Programa Ação Jovem</p>
<p>Fazenda (SF)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RETIFICAÇÃO DO D.O. DE 15-04-2016</u> Na Resolução SF 42 Onde constou: “Resolução SF 42, de 14-03-2016”; Leia-se: “Resolução SF 42, de 14-04-2016”.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 42, DE 14-03-2016</u> Dispõe sobre pagamento de adicional da Participação nos Resultados - PR, instituída pela LC 1.059-2008</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 41, DE 14-04-2016</u> Dispõe sobre a fixação da meta da receita tributária, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC 1.079-2008, e da Participação nos Resultados - PR, instituída pela LC 1.059-2008, para o exercício de 2015</p> <p><u>PORTARIA CAF-G 013, DE 12-04-2016</u> Altera dispositivo da Portaria Conjunta CAF-CCE-CO 1, de 27-01-2016(*) (*) <i>Estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2016</i></p>

<p>Governo (SG)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÕES DE 14-4-2016</u> Cessando: os efeitos da resolução publicada em 10-2-2015, que designou Julio Francisco Semeghini Neto, RG 6.994.255-9, para responder pela Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão, de que trata o art. 3º, XIV, do Dec. 61.036-2015; os efeitos da resolução publicada em 14-4-2015, que designou Vivian Satiro Mimoto, RG 44.036.996-4, para responder pela Coordenadoria de Informações, da Subsecretaria de Ações Estratégicas, de que trata o art. 15, III, do Dec. 61.036-2015; os efeitos da resolução publicada em 12-5-2015, que designou Marcelo Resende Allain, RG 29.260.028-8, para responder pela Coordenação de Parcerias, da Subsecretaria de Parcerias e Inovação, de que trata o art. 16, III, do Dec. 61.036-2015. Designando, Felipe Elias Polzin, RG 34.148.065-4, para responder pela Coordenadoria de Informações, da Subsecretaria de Ações Estratégicas, de que trata o art. 15, III, do Dec. 61.036-2015.</p> <p>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) → Diretoria Geral <u>PORTARIA ARTESP 05, DE 31-3-2016</u> Dispõe sobre o credenciamento de Engenheiro Mecânico autônomo e/ou Empresa Especializada para promover vistoria técnica nos veículos das empresas que operam no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros e sobre a regulamentação para vistoria técnica</p> <p>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-643, DE 11-4-2016</u> (...) Art. 1º. Autorizar o reajuste tarifário anual de 8,4478% (oito inteiros e quatro mil quatrocentos e setenta e oito décimos de milésimo de pontos percentuais), calculado com base na variação do IPCA no período de março de 2015 a março de 2016, que totalizou 9,3864% (nove inteiros e três mil oitocentos e sessenta e quatro décimos de milésimo de pontos percentuais), descontado o fator de eficiência (fator X) de 0,9386% (zero vírgula nove mil trezentos e oitenta e seis décimos de milésimo de pontos percentuais), aplicável sobre as tarifas vigentes constantes da Deliberação 561/2015; (...)</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 38, DE 12-4-2016</u> Dispõe sobre o Cadastro das Entidades Ambientistas e sobre o Certificado de Reconhecimento de Entidade Ambientalista, no âmbito do Estado de São Paulo, estabelece regras para a eleição de entidades ambientalistas para o Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, e dá providências correlatas</p> <p>COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB) <u>DECISÃO DE DIRETORIA - 70/2016/C, DE 12-4-2016</u></p>

	<p>Dispõe sobre o Programa de Gerenciamento de Riscos para Administradores de Rodovias para o Transporte de Produtos Perigosos – PGR Rodovias – no território do Estado de São Paulo.</p>
<p>Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPG Nº 09, DE 12-4-2016</u> Dispõe sobre a expedição de Guia para Perícia Médica - GPM mediante a apresentação de atestado emitido por profissional da área médico-odontológica</p> <p>INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (IAMSPE) <u>PORTARIA IAMSPE Nº 05, DE 14-4-2016</u> (...) Artigo 1º - Aprovar no âmbito do IAMSPE, a Norma de Procedimentos – NP nº 01/2016 que altera dispositivos das seguintes normas de recursos humanos: (...)</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-33, DE 13-04-2016</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º, do Artigo 6º, da Lei Complementar 846, de 04-06-1998 e dá providencias correlatas (...) Artigo 1º - Realizar a presente Convocação Pública das entidades privadas sem fins lucrativos, que já possuam qualificação como Organização Social de Saúde (...)</p>
<p>Secretaria de Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-51, DE 12-04-2016</u> Dispõe sobre a execução de ações de prevenção especializada, investigação e repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas pelo Denarc, fora da Comarca da Capital, no âmbito do Demacro e Deinters</p> <p><u>RESOLUÇÃO SSP-48, DE 11-04-2016</u> Prot. 8881/14 Altera dispositivo da Resolução SSP- 129, de 13-10-2015 que constitui Grupo de Trabalho para analisar propostas para integrar o plano de reestruturação da Polícia Civil</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA → Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) <u>RESOLUÇÃO COPGR-7.190, DE 12-4-2016</u> Dispõe sobre Autonomia de Programas Novos de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo</p>

<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>16/04/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 313, DE 2016</u> Retificação Leia-se como se segue e não como constou: (...) Autoriza a celebração de acordo entre o Estado e credor de precatório, nos termos do artigo 97, §8º, III, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, visando a pagamento destinado exclusivamente à aquisição de automóvel novo de passageiros de fabricação nacional, e dá providências correlatas. (...) (Publicado no D.A.L. de 14/04/16) DOE, Legislativo, 16/04/2016, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 312, DE 2016</u> Retificação (...) Leia-se como se segue e não como constou: Autoriza a celebração de acordo entre o Estado e credor de precatório, nos termos do artigo 97, §8º, III, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, visando a pagamento destinado exclusivamente à aquisição de propriedade imóvel nova, e dá providências correlatas. (...) (Publicado no D.A.L. de 14/04/16) DOE, Legislativo, 16/04/2016, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 331, DE 2016</u> Dispõe sobre a padronização da estampa da data de validade na embalagem de merenda escolar. DOE, Legislativo, 16/04/2016, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 330, DE 2016</u> Dispõe sobre a criação e instalação do curso de Gestão de Políticas Públicas na unidade da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Campus de Franca. DOE, Legislativo, 16/04/2016, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 329, DE 2016</u> Proíbe no Estado de São Paulo as empresas de televisão por assinatura de enviarem cobranças ou qualquer outro tipo de aviso aos assinantes por meio de mensagens na televisão em meio as programações televisivas habituais e dá outras providências. DOE, Legislativo, 16/04/2016, p. 9</p>
<p>15/04/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 328, DE 2016</u> Mensagem A-nº 46/2016, do Sr. Governador do Estado [...] Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei que autoriza a alienação dos imóveis que especifica, para o fim de permitir ao Estado de São Paulo angariar fundos necessários a mitigar</p>

	<p>a crise fiscal e a perda de arrecadação decorrentes do atual cenário macroeconômico vigente. [...] DOE, Legislativo, 15/04/2016, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 322, DE 2016</u> Institui a realização de exame oftalmológico para todos os alunos matriculados nas escolas públicas do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 15/04/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 319, DE 2016</u> Institui, nas redes pública e privada do Estado de São Paulo, o estudo da dependência química e suas consequências. DOE, Legislativo, 15/04/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 317, DE 2016</u> Dispõe sobre a atualização dos valores constantes nos artigos 23 e 24 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989. DOE, Legislativo, 15/04/2016, p. 9</p>
<p>14/04/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 316, DE 2016</u> Institui o selo Estadual "Sem Glúten" para produtos fabricados ou comercializados que não contenham Glúten em sua composição. DOE, Legislativo, 14/04/2016, p. 13</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 315, DE 2016</u> Revoga a alteração ao percentual dos emolumentos devidos à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas da Justiça do Estado, imposta pelo artigo 3º da Lei nº 15.855, de 02 de julho de 2015. DOE, Legislativo, 14/04/2016, p. 13</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 313, DE 2016 (RETIFICADO)</u> Dispõe sobre o artigo 97, §8º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. DOE, Legislativo, 14/04/2016, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 312, DE 2016 (RETIFICADO)</u> Dispõe sobre o artigo 97, §8º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. DOE, Legislativo, 14/04/2016, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 311, DE 2016</u> Permite a instalação de tela mosquiteira nos locais que especifica, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 14/04/2016, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 310, DE 2016</u> Dispõe sobre a classificação do Município de Itaí como de "Interesse Turístico". DOE, Legislativo, 14/04/2016, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 308, DE 2016</u> Dispõe sobre a inclusão de suplemento vitamínico entre os medicamentos produzidos ou fornecidos pela Fundação para Remédio Popular - FURP. DOE, Legislativo, 14/04/2016, p. 12</p>

<p>13/04/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 306, DE 2016</u> Cria o programa "Empresa Amiga da Educação" no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 13/04/2016, p. 22</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 305, DE 2016</u> Institui o Código Estadual de Cultura. DOE, Legislativo, 13/04/2016, p. 14</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 304, DE 2016</u> Dispõe sobre a prevenção e reparação do dano temporal ao consumidor e dá outras providências. DOE, Legislativo, 13/04/2016, p. 14</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 303, DE 2016</u> Dispõe sobre a contratação de atividades-fim do Estado. DOE, Legislativo, 13/04/2016, p. 14</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 302, DE 2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferecimento opcional do ensino do Direito Brasileiro nas escolas do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 13/04/2016, p. 14</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 301, DE 2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação do teste de Glicemia Capilar nos Prontos-Socorros e Unidades Básicas de Saúde em crianças de 0 a 6 anos no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 13/04/2016, p. 13</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 300, DE 2016</u> Estabelece parâmetros para garantia da Segurança Energética Hospitalar no Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 13/04/2016, p. 13</p> <p>PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO</p> <p><u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2016</u> Susta os efeitos de parte destacada do Decreto nº 61.802, de 14 de janeiro de 2016. (...) Artigo 1º - Ficam sustados, com fundamento no inciso IX do artigo 20 da Constituição do Estado, os efeitos da alínea "g", do item I, e da alínea "f", do item II, ambas constantes do artigo 22 do Decreto nº 61.802, de 14 de janeiro de 2016, que fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2016 e dá providências correlatas. (...) DOE, Legislativo, 13/04/2016, p. 22</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>

<p>14/04/2016</p>	<p><u>DECRETO Nº 56.933, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Regulamenta o artigo 11 da Lei nº 16.235, de 2 de julho de 2015, relativo à gratuidade de passagens de ônibus para os conselheiros participativos municipais.</p> <p><u>DECRETO Nº 56.932, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Confere nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 56.701, de 9 de dezembro de 2015, para determinar a disponibilização dos dados constantes do cadastro imobiliário fiscal relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.</p>
<p>12/04/2016</p>	<p>SUPLEMENTO SECRETARIAS FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GABINETE DO SECRETÁRIO <u>INSTRUMENTO DE CESSÃO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS</u> QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, A COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS E A COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107